



Osvaldo Cabral

osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

DIÁRIO
inconveniente

Devemos confiar em Costa?

Diz o provérbio popular que o frade não leva três em capelo. Com António Costa, só nesta legislatura, já levamos três em pouco tempo.

A primeira, se bem se lembram, foi em fevereiro de 2020, quando o Ministro do Ensino Superior veio aos Açores, a pedido do então Presidente Vasco Cordeiro, assinar um acordo com a Universidade dos Açores, que atribuía à academia açoriana 1,2 milhões de euros anuais, de 2020 a 2023.

Vasco Cordeiro saiu da reunião com o Ministro e o Reitor da Universidade obviamente satisfeito e anunciou para todos ouvirem que aquilo era o exemplo de uma “autonomia de resultados”!

Quase dois anos depois, a “autonomia de resultados” diz-nos que, dos 1,2 milhões de euros prometidos... nem um cêntimo!

Até hoje Vasco Cordeiro não deu nenhuma explicação nem a pediu ao Primeiro-Ministro.

Mas houve mais promessas incumpridas para com a universidade açoriana.

Nunca se percebeu (e ninguém pediu explicações na altura) a razão pela qual a Universidade dos Açores não tem acesso aos fundos comunitários de programas nacionais, à semelhança das suas congéneres no Continente, que ainda agora acabam de receber mais verbas comunitárias.

Vasco Cordeiro apressou-se a anunciar, naquela altura, que o problema ia ser corrigido porque “há um compromisso político do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, do Governo Regional e da própria Universidade dos Açores” de colocar esta questão no âmbito das perspectivas financeiras 2021-2027.

Já vamos entrar no último trimestre do ano e tudo continua na mesma, com a universidade açoriana a assistir a esta discriminação vergonhosa sem poder agir.

Em fevereiro deste ano, como também se devem recordar, fomos confrontados com mais um “dito por não dito” do governo de António Costa.

Descobriu-se que numa carta do Ministro do Planeamento, Nelson Souza, enviada a 26 de Agosto de 2020, ao então Vice-presidente do Governo dos Açores, Sérgio Ávila, sobre o Plano de Recuperação e Resiliência, era assumido que o Governo da República iria atribuir o montante de 649 milhões de euros (correspondendo a 5% do pacote indicativo de Portugal a preços constantes de 2018) e não 580 milhões de euros como o governante da República fez crer nas declarações que proferiu, mais tarde, na Assembleia da República.

Na mesma carta, curiosamente, sobre os prejuízos do Furacão Lorenzo, o Ministro do Planeamento assumia o compromisso de uma contribuição do Governo da República para os prejuízos “de 198 milhões de euros, correspondendo ao valor dos investimentos a iniciar a partir de 2021 (a veicular com verbas adicionais do Plano de Recuperação e Resiliência ou Fundo de Coesão)”.

Nenhum membro do Governo Regional de então “pediu explicações” e

só mais tarde, quando se descobriu a marosca, é que Vasco Cordeiro enviou uma carta a António Costa onde reconhece que, “ao contrário do que constava da carta de 26 de Agosto do Ministro do Planeamento, o montante previsto directamente para os Açores era de 580 milhões de euros em valores nominais, o que não correspondia ao compromisso de 5% do Plano de Recuperação e Resiliência para Portugal”.

Ou seja, de repente esfumaram-se 140 milhões de euros entre Lisboa e os Açores.

Agora temos o problema de mais cortes nas verbas que estavam prometidas para os estragos do furacão Lorenzo, onde é nítida a recorrente trapalhada em que se envolve a República e o tal ministro Nelson Souza.

A obsessão centralista lisboeta em enganar e castigar as ‘ilhas adjacentes’ é histórica e endémica nos políticos portugueses.

A reacção de pezinhos de lã de Bolieiro, pedindo aos seus colaboradores para não fazerem ruído, revelou-se uma estratégia errada, mais uma vez, obrigando-o agora a uma longa explicação, quando os estragos já estavam feitos.

Vasco Cordeiro não tem boca de abrir, mas tem razão quando diz que tudo isto foi tratado com muita ligeireza.

Perante um filme de terceira categoria como este, é óbvio que a República, mais uma vez, é madrasta para com os açorianos, porque sabendo que os estragos estão contabilizados em mais de 300 milhões de euros, faz-se despercebida e alinha na trapalhada política, com o intuito de retirar dividendos partidários de toda esta embrulhada. No fim, quem se lixa é sempre os mesmos... os contribuintes.

Esta quinta-feira, quando António Costa estiver a passear na Avenida Marginal de Ponta Delgada com o candidato autárquico do PS ou, à noite, no comício em que estará presente nesta cidade, era bom perguntar-lhe o que é feito destes milhões.

Um Primeiro-Ministro que trata os milhões prometidos para os Açores de trapalhada em trapalhada, sem nunca cumprir a palavra, que mais valia é que representa para os candidatos do PS nesta região?

O mesmo Primeiro-Ministro que deu nega a Vasco Cordeiro quando este lhe pediu para fechar o aeroporto de Ponta Delgada no início da pandemia e Costa ainda respondeu, provocatoriamente, com o fecho das fronteiras nacionais, mas garantindo voos da TAP para os Açores em nome da “continuidade territorial”.

Esta hipocrisia não é originalidade do líder do PS.

O líder do PSD parece que também vem a Ponta Delgada fechar a campanha, colando-se à governação de uma região, cujo número de votos (dos açorianos) “não era fortuna nenhuma”.

Políticos deste calibre bem podem ficar em Lisboa, que não trazem mais valia nenhuma e só atrapalham os seus candidatos.

O problema é que alguns dos seus apaniguados do lado de cá não aprendem a lição e, subservientes como costumam ser com o aparelho nacional, até são capazes de ir ao aeroporto abraçá-los!

